

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA. DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO. PROCESSO Nº: 05/2023. Objeto: refere-se à Dispensa de Chamamento Público, nos termos do art. 29 e art. 30, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, com a finalidade de possibilitar a celebração de parceria para repasse de recursos (GND 3) do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), provenientes de emenda parlamentar, destinados ao custeio do serviço de acolhimento institucional de alta complexidade na modalidade Instituição de Longa Permanência – ILPI. **Valor Total:** R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) **Período:** exercícios de 2023-2024. **Tipo de Parceria:** Termo de Colaboração. **Vigência:** 180 (cento e oitenta) dias. **Público-alvo:** pessoas idosas acolhidos na Instituição de Longa Permanência União Allan Kardec - Lar dos Idosos. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023, considerando o disposto no art. 32 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, face à existência de interesse público para a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Monte Carmelo-MG e a União Allan Kardec – Lar dos Idosos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.068.985/0001-97, com sede na Rua Quirino José Quadros, 160, bairro Vila Nova, em Monte Carmelo/MG, torna pública a justificativa do Processo nº 05/2023 de Dispensa de Chamamento Público nos termos do art. 29 e art. 30, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 com a finalidade de possibilitar a celebração de parceria para repasse de recursos (GND 3) do Fundo Municipal de Assistência Social. Constituem objetivos específicos da referida parceria: a) adquirir roupas de cama (fronhas, virol e lençol) e banho (toalhas de banho e de rosto) para os moradores da entidade a fim de promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos, proporcionando-lhes melhores condições de bem-estar dentro da ILPI (Instituição de Longa Permanência para idosos); b) disponibilizar de forma continuada o serviço da proteção social para as pessoas idosas; c) aprimorar o serviço da proteção social na medida em que as atividades são desenvolvidas; d) adquirir os materiais de custeio para manutenção e continuidade do serviço de proteção social na forma prevista no Plano de Trabalho. **Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal nº 2653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, nº 129, 1º andar, Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.** Monte Carmelo/MG, 04 de outubro de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.